

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a solid blue rectangular background.

Maternidade é uma questão de Estado [Maternity is a matter of state]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Wolfart, Graziela
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-19 22:25:20
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160577

certas ascensões, e isso é mais pesado para a mulher, ou mais cobrado dela. Em meu consultório, é comum ouvir frases de mulheres que vivem conflitos diários entre assumir o que querem ou satisfazer às expectativas das amigas, da família, da sociedade em que se inserem. O que podem parecer escolhas simples para uma mulher moderna - como quando casar e se quer casar, quando e se deseja ser mãe - é, muitas vezes, um sofrimento sufocante. “Agora eu tenho que casar, porque já passei dos 35 e não quero ficar pra titia.” “Eu não aguento mais ter que dar explicação de porque não quero ter filhos. Resolvi dizer que sou estéril. A pessoa fica muito constrangida, mas para de me questionar”. Não é a toa que a peça “Não sou feliz, mas tenho marido”¹, protagonizada pela atriz Zezé Polessa², ficou durante anos em cartaz. É claro que ela espelha a subjetividade da mulher, que não está totalmente liberta, caso contrário não daria satisfação, mas assumiria que não se enquadra às exigências sociais. A nova mulher está agora aprisionada dentro de seu próprio corpo: moralizada pela ditadura da beleza e assumindo um discurso sob um caráter individualista, como se todos os papéis e as obrigações que ela agora cumpre deveriam ser cumpridos apenas para elas mesmas.

LEIA MAIS...

>> Joana de Vilhena Novaes já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

* “O corpo magro, esbelto, é um corpo de classe”. Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU, em 08-03-2010, e disponível em <http://migre.me/LHwX>

1 “Não sou feliz, mas tenho marido”. Texto: Viviana Gómez Thorpe. Adaptação: Maria da Luz, Zezé Polessa e Victor Garcia Peralta. Direção: Victor Garcia Peralta. Com Zezé Polessa. (Nota da IHU On-Line)

2 Maria José de Castro Polessa, conhecida como **Zeze Polessa** (1953): atriz brasileira. Formou-se em Medicina, como desejava o pai, tendo chegado a trabalhar como pediatra, porém trocou essa profissão pela carreira artística. Foi casada com o ator Daniel Dantas, pai do seu único filho: João. Casou depois com o ator Paulo José. (Nota da IHU On-Line)

“Maternidade é uma questão de Estado”

A pílula contraceptiva é um medicamento produzido por razões de saúde e de Estado para o controle das populações dentro do mais exato mecanismo biopolítico, afirma Maria Rita César

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

A pílula anticoncepcional foi, sem dúvida, um importante avanço da medicina, que acarretou significativas transformações sociais e culturais. No entanto, é preciso ser crítico e menos entusiasta do medicamento. E esta é a postura da professora Maria Rita César, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Ela ressalta que “antes de analisarmos e saudarmos o advento da pílula como libertação feminina, precisamos lembrar que a pílula é também produto dos processos de desapropriação do corpo feminino em nome da ciência médica, ou da medicalização do corpo feminino”. Maria Rita explica que “não é a pílula que representa a liberdade da mulher; ao contrário, a liberdade trazida pela pílula advém da apropriação que as mulheres realizaram desse artefato de governo do corpo feminino (a pílula), subvertendo-o em favor de sua própria liberdade sexual”. Na visão da professora, “a mulher teve o seu corpo controlado pelo saber médico e ainda permanece presa nessa trama”. Quanto aos filhos, continua ela, “se cada mulher tivesse autonomia sobre seu corpo e sua vida, saberia se deseja ou não ter filhos. Entretanto, se o binômio ‘mulher-mãe’ se mantém, os filhos serão sempre razão de mais controle e docilização ou escravização”. E completa: “para as mulheres, a realização de uma vida (...) estaria na possibilidade de decidir sobre si e seu corpo, com todos os meios de contracepção e aborto legalizados e acessíveis para a sua escolha”.

Maria Rita de Assis César possui graduação em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Realizou estágio de pesquisa (doutorado Sanduíche) na Universitat de Barcelona, na Espanha. Atualmente, é professora no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, e professora do quadro permanente (mestrado e doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (CNPq/UFPR) e coordenadora do Laboratório de Investigações sobre Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Ser mãe apenas quando se realmente quer é uma possibilidade oferecida pela pílula. O que isso significa para a mulher do século XXI em termos afetivos, sociais, políticos e sexuais?

Maria Rita César - A maternidade precisa ser analisada historicamente, assim como os controles sobre o corpo femi-

nino. A pergunta que poderia ser colocada é a respeito da historicidade da maternidade como um destino biológico ou natural. Desse modo, a maternidade ou destino maternal da mulher precisa ser problematizada a partir de transformações históricas que, desde o final do século XVIII, “inventaram” o papel da maternidade para a mulher.

Todavia, a indagação fundamental deveria ser em relação aos inúmeros saberes femininos utilizados por mulheres e para as mulheres sobre como evitar e/ou interromper a gravidez antes do século XIX, isto é, antes do corpo da mulher ser tomado pela ciência médica, um saber masculino. Desse modo, vários séculos antes da pílula anticonceptiva ser criada, havia saberes que desapareceram e/ou permaneceram nas margens, isto é, saberes que existiram como contrapoderes. Pensemos que, antes do advento da pílula, as mulheres evitavam a gravidez e abortavam. Assim, a história do aborto e da contracepção é uma história fundamental ainda por ser realizada. Antes de analisarmos e saudarmos o advento da pílula como libertação feminina, precisamos lembrar que a pílula é também produto dos processos de desapropriação do corpo feminino em nome da ciência médica, ou da medicalização do corpo feminino. Se observarmos com cuidado, veremos a apropriação do corpo feminino pelo poder-saber médico em algum momento do século XIX e o controle da concepção como uma questão médico-Estatal. Lembremos do caso brasileiro das campanhas de esterilização em massa das mulheres pobres nos anos 70. Desse ponto de vista, não é a pílula que representa a liberdade da mulher; ao contrário, a liberdade trazida pela pílula advém da apropriação que as mulheres realizaram desse artefato de governo do corpo feminino (a pílula), subvertendo-o em favor de sua própria liberdade sexual. Lembremos que, até algumas décadas atrás, para uma jovem solteira comprar uma cartela significava um périplo. Hoje, as questões para a mulher contemporânea poderiam ser relativas à apropriação do seu corpo, isto é, à necessidade de se discutir contracepção e aborto a partir dessa mesma apropriação, ou seja, a partir de uma pauta feminista. Aí sim estaríamos tratando de uma conquista social, política e sexual.

IHU On-Line - Que modificações na maternidade aconteceram em função do seu uso?

Maria Rita César - Como respondi logo acima, a maternidade é a mais eficiente invenção do poder médico para o governo dos corpos das mulheres. Maternidade é uma questão de

“A maternidade é a mais eficiente invenção do poder médico para o governo dos corpos das mulheres”

Estado. Lembremos que, nos regimes totalitários, a maternidade foi sempre exaltada como fonte inesgotável de vidas sadias e patriotas. Lembremos também que, nas guerras, o estupro é sempre uma arma utilizada. Desde a sua invenção, a crença no mito da maternidade construiu as sociedades modernas e produziu subjetividades. Mulheres que não conseguem engravidar se submetem a tratamentos brutais, caros e danosos à saúde do corpo, para realizarem o seu “destino”. No mundo contemporâneo, a maternidade segue soberana. As questões colocadas dizem respeito à possibilidade de conciliação entre trabalho e maternidade, produzindo muita culpa e sofrimento. E as coisas param por aqui. Não se interroga por que em um mundo tão “maternalizado” aponta-se como um problema a maternidade de adolescentes, em especial para as meninas pobres. Então, as mulheres não precisam ser mães? Não seria essa a lição que as meninas aprendem desde os primeiros anos de vida, embalando bonequinhas e empurrando carrinhos de bebê? Ocorre que os dispositivos de controle agem paradoxalmente, reafirmando o lugar, destino e felicidade feminina, ao mesmo tempo em que este lugar é negado para as mulheres jovens e pobres, porque a mesma maternidade tão saudada e ensinada com esmero, na periferia do mundo, será a reprodução da miséria. O problema a ser indagado não é a reprodução de jovens pobres, mas sim as lições maternais que são ensinadas, independentemente da classe social.

IHU On-Line - De que maneira podemos associar o conceito de biopoder com a questão da revolução social e cultural provocada pela pílula?

Maria Rita César - Podemos dizer que a pílula contraceptiva é produto do

biopoder. O que significa isso? Se tomarmos o pressuposto de que a medicalização do corpo feminino, isto é, esse processo discursivo e institucional que produz enunciados sobre saúde e bem-estar, realiza exames e previne doenças, e, sobretudo, toma o corpo feminino como um corpo reprodutivo, desenhando políticas públicas para o controle desse potencial de reprodução, estaremos sim falando de biopolítica. Como eu disse anteriormente, a pílula contraceptiva foi desenhada para que houvesse a possibilidade mais efetiva do controle do potencial reprodutivo feminino. Por outro lado, foram as feministas que se re-apropriaram e subverteram esse dispositivo; foram as feministas que, nos anos de 1960-70, inventaram um outro sentido para a pílula, isto é, um poder libertador para aquela cápsula de estrógeno, usando-a como arma na revolução sexual. Lembremos, sobretudo, que o movimento feminista nos anos 60 falava de uma re-apropriação do corpo feminino; isso significava um controle total dos meios contraceptivos que foram retirados das mãos das mulheres em algum momento do século XVIII.

IHU On-Line - Com a invenção da pílula vem junto a ideia de que os filhos escravizam a mulher? Quais os problemas dessa visão?

Maria Rita César - É certo que a mulher foi “escravizada”; talvez escravizada não é um bom verbo para essa operação, é melhor que digamos que a mulher foi docilizada, no sentido em que Michel Foucault¹ tratou dos pro-

¹ Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder”

cessos institucionais. A mulher teve o seu corpo controlado pelo saber médico e ainda permanece presa nessa trama. Quanto aos filhos, se cada mulher tivesse autonomia sobre seu corpo e sua vida, saberia se deseja ou não ter filhos. Entretanto, se o binômio “mulher-mãe” se mantém, os filhos serão sempre razão de mais controle e docilização ou escravização como se queira dizer.

IHU On-Line - Qual o conceito de felicidade para uma mulher moderna em diferentes cenários: mulheres pobres e de classe social mais elevada? Como a pílula interfere nessa questão da felicidade?

Maria Rita César - Nós vivemos a ditadura da felicidade. Somos obrigados a ser felizes, caso isso não aconteça teremos que nos tratar; um psiquiatra ou psicólogo é sempre o indicado. Uma vez mais se trata aqui da captura das nossas vidas por dispositivos biopolíticos. Se porventura, em uma consulta médica, uma mulher, rica ou pobre, queixar-se de uma infelicidade, em relação à sua vida, filhos, trabalho etc., sairá do consultório com a promessa da felicidade em cápsulas de fluoxetina, sibutramina, etc. Para as mulheres, a realização de uma vida, não sei se feliz ou não, pois a felicidade

proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS> e a edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010, acontece o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. (Nota da IHU On-Line)

de é um estado e não uma coisa, estaria na possibilidade de decidir sobre si e seu corpo, com todos os meios de contracepção e aborto legalizados e acessíveis para a sua escolha.

IHU On-Line - Quais os limites culturais e conceituais da pílula anticoncepcional? Não se espera demais de um medicamento?

Maria Rita César - Uma vez mais resalto que a pílula contraceptiva é um medicamento produzido por razões de saúde e de Estado para o controle das populações, dentro do mais exato mecanismo biopolítico (veja-se Michel Foucault, *História da Sexualidade V.I*). Saudemos então a apropriação dessa cápsula de estrógeno e progesterona pelas feministas e, depois, até mesmo pelas antifeministas. Os debates médicos continuam sendo produzidos no interior da mesma lógica de controle do corpo feminino. Melhora-se a formulação, diminui-se um dos elementos bioquímicos em nome da saúde da mulher, aumentam ou diminuem as taxas de câncer como efeito colateral, enfim, debates intrínsecos aos saberes médico-científicos. Entretanto, não se discutem outras naturezas de medicamentos, como, por exemplo, a utilização da testosterona, que segundo pesquisas citadas por Beatriz Preciado² (filósofa foucaultiana e teórica *queer*) seria muito menos nociva à saúde e também funcionaria como um estimulante do apetite sexual feminino. Para Preciado, a testosterona (hormônio da masculinidade e virilidade) é uma droga biopolítica por ser uma substância ultracontrolada e de uso proibido na indústria farmacêutica. Já a progesterona, o hormônio da feminilidade e docilidade, é utilizado em larga escala sem qualquer controle, comprada em qualquer balcão sem receita. A pílula contraceptiva de estrógeno e progesterona cumpre seu papel, pois, se administrada segundo a posologia, suspende a ovulação e é

² Beatriz Preciado (1970): filósofa espanhola. Doutora em teoria da arquitetura pela Universidade de Princeton, onde foi pesquisadora. É mestre em Filosofia Contemporânea e Teoria de Gênero. Foi aluna de Agnes Heller e Jacques Derrida. Atualmente é professora de História política do corpo, Teoria de gênero, e História da performance na Universidade de Paris VIII. (Nota da IHU On-Line)

isso. As discussões precisam ser feitas a partir dos limites de produção discursiva, como fruto de um saber específico engendrado por relações de poder que governam os corpos de mulheres, homens e crianças.

IHU On-Line - Como a pílula se insere nos debates sobre subjetividade na educação e gênero?

Maria Rita César - Os enunciados sobre a pílula contraceptiva sempre estiveram relacionados à segunda onda do movimento feminista (década de 60 e 70). Por algum tempo, pensou-se inclusive que o feminismo só foi possível porque a pílula contraceptiva foi inventada. Como a segunda onda do feminismo e a pílula são quase contemporâneas, essa ligação foi inequívoca. Nos anos 60, fazer sexo e não engravidar certamente era também o sinônimo de uma revolução sexual, mas, para o feminismo, ainda faltavam mais alguns passos. Como retrospectivamente encontramos todos esses elementos no caleidoscópio multicolor dos anos 60, os debates posteriores sobre gênero irão reportar-se a esse momento da história. Com o distanciamento do tempo, podemos realizar reflexões mais agudas sobre o feminismo, os estudos de gênero e suas relações com os métodos contraceptivos, dentre estes a pílula. Entretanto, parece que caminhamos pouco. Ainda não se analisaram as formas pré-modernas de controle do corpo feminino pelas próprias mulheres, não se problematizaram suficientemente os controles biopolíticos sobre as mulheres e a reprodução (ou não) em seus corpos. Enfim, ainda, no caso brasileiro, não se debateu com a seriedade devida a legalização do aborto. Não se trata de discutir sobre o início da vida, isso é desvio; trata-se da necessidade de discutir a legalização do aborto com mulheres nos coletivos feministas, com mulheres e homens que desejam um mundo no qual corpos femininos e masculinos possam decidir autonomamente sobre o seu destino, que certamente não é a maternidade, a não ser que esse seja um desejo legítimo.